

Cooperativismo e desenvolvimento sustentável

Cooperativism and sustainable growth

José Odelso Schneider¹

odelso5@gmail.com

Desenvolvimento sustentável

A noção de desenvolvimento sustentável passou a difundir-se especialmente a partir da reunião da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD da Organização das Nações Unidas, coordenada em 1987 pela Primeira Ministra Gro Harlem Brundtland da Noruega, e denominado "Our Common Future". Esta Comissão definiu que desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades. Desta iniciativa surge, portanto o conceito hoje tão difundido de "desenvolvimento sustentável".

Anteriormente a esta iniciativa, a ideia surge originalmente do Relatório elaborado para o chamado Clube de Roma, fundado por Aurelio Peccei, intitulado *Os Limites do Crescimento* e, depois, no mesmo ano de 1970, do conceito de ecodesenvolvimento, proposto por Maurice Strong e Ignacy Sachs, durante a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Estocolmo, 1972). Esta Conferência deu origem ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA.

Ainda na década de 60, surgem as primeiras comunidades sustentáveis, ecovilas, que até hoje são exemplos plenos de como aliar o desenvolvimento sustentável ao desenvolvimento humano integral, dentro dos novos paradigmas ecológicos e sociais.

O conceito difundido a partir de 1987, como o relatório da ONU sobre meio ambiente e sus-

tentabilidade e coordenado pela Primeira Ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, foi definitivamente incorporado como um princípio, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Cúpula da Terra de 1992 - Eco-92, no Rio de Janeiro. O desenvolvimento sustentável busca o equilíbrio entre proteção ambiental, o desenvolvimento econômico e o direito ao bem-estar das gerações futuras, servindo como base para a formulação da *Agenda 21*, com a qual mais de 170 países se comprometeram, por ocasião da Conferência. Trata-se de um abrangente conjunto de metas para a criação de um mundo, enfim, equilibrado.

A seguir, a Declaração Política de 2002 da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo, África do Sul na *Rio + 10*, reafirma que o desenvolvimento sustentável é construído sobre "três pilares interdependentes e mutuamente sustentadores" - desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. Esse paradigma reconhece a complexidade e o inter-relacionamento de questões críticas como pobreza, desperdício, degradação ambiental, decadência urbana, crescimento populacional, igualdade de gêneros, saúde, conflito e violência aos direitos humanos. Em continuidade ao tema suscitado nesta Conferência, o *PII - Projeto de Implementação Internacional*, apresenta quatro elementos principais do desenvolvimento sustentável - sociedade, ambiente, economia e cultura.

Portanto, o desenvolvimento sustentável pode dividir-se conceitualmente em três partes: as dimensões econômica, social e ambiental.

¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Av. Unisinos, 950, Cristo Rei, 93022-000, São Leopoldo, RS, Brasil.

A dimensão social relaciona-se com a superação da miséria social/pobreza, o bem-estar social, o meio ambiente e o equilíbrio econômico.

Devem satisfazer-se as necessidades da sociedade, tais como alimentação, roupa, habitação e trabalho, pois, se a pobreza é habitual e progressiva, o mundo se está encaminhando para catástrofes de vários tipos, incluídas as ecológicas. Por outro lado, o desenvolvimento e o bem-estar social estão limitados pelo nível tecnológico, os recursos do meio ambiente e a capacidade deste para absorver todos os efeitos das ações humanas. Diante desta situação, coloca-se a possibilidade de aperfeiçoar a tecnologia e a organização social de forma que o meio ambiente possa recuperar-se no mesmo ritmo e na mesma intensidade em que é afetado pela atividade humana.

A evolução do conceito de desenvolvimento sustentável

Sustentabilidade, a exuberância e a diversidade dos seres vivos

A exuberância e diversidade de seres vivos, tão bem formuladas na recente visão de "biodiversidade", devem ser levadas em conta no planejamento e execução das atividades humanas nos diversos conjuntos de ecossistemas. Este planejamento, porém, é chamado a optar entre *dois processos e modelos distintos* de "desenvolvimento sustentável". Na realidade, cada um desses modelos corresponde a um conceito e a um paradigma específico de civilização.

O *primeiro modelo* corresponde ao paradigma de civilização oriundo das revoluções industriais dos séculos XIX e XX, que confere prioridade total à transformação da matéria bruta inorgânica para colocá-la a serviço do ser humano, mesmo que este empreendimento elimine irremediavelmente cadeias inteiras de seres vivos. Seu único cuidado é utilizar tecnologias que destruam o menos possível essas cadeias biológicas e ao mesmo tempo assegurem a rentabilidade econômica e financeira do empreendimento. Por esse motivo, esse modelo conduz na prática a um pseudo-desenvolvimento sustentável. É este modelo que provocou a famosa "Questão Social", que emergiu no bojo da Revolução Industrial e a acompanhou ao longo de toda a sua evolução, em que os empresários geralmente saíam como os grandes beneficiados e os trabalhadores assalariados, como as grandes vítimas.

O *segundo modelo* confere prioridade total à vida e aos seres vivos e leva o ser humano a desenvolver e aplicar tecnologias que aperfeiçoem as cadeias biológicas que contribuem para o seu bem-estar. Este auferir os frutos gerados por essas cadeias biológicas sem destruí-las e eliminá-las irremediavelmente. Os protagonistas deste modelo utilizam tecnologias que transformam a matéria inorgânica tão somente quando estas conduzem ao aperfeiçoamento das cadeias biológicas em coerência com a solidariedade do ser humano para com os seres vivos que lhe proporcionam bem-estar individual e social. Este modelo assegura o verdadeiro desenvolvimento sustentável e constitui a base de uma civilização a serviço da vida e do aperfeiçoamento dos seres vivos.

Apoiando-se sobre as estruturas políticas vigentes (União, Estados, Municípios e Acordos Internacionais), este modelo de desenvolvimento pautar-se-á pelas exigências de cada ecossistema e bioma no que diz respeito:

- ao processo de urbanização;
- à gestão dos recursos hídricos;
- à ocupação e exploração do solo,
- à manutenção da qualidade do ar;
- à implantação da infraestrutura econômica (energia, transporte e meios de comunicação) e social (educação, habitação, saneamento básico e demais serviços de saúde).

É bem verdade que não são raros os casos de propaganda enganosa em que se veicula a palavra sustentabilidade para adoçar práticas predatórias. Ao mesmo tempo, pode parecer credulidade valorizar o movimento em direção à responsabilidade socioambiental bancária, quando se levam em conta a magnitude e a origem da crise financeira que teve início em 2008 e que responde por uma elevação impressionante da insegurança, do desemprego e da opacidade que marcam as práticas financeiras atuais. Não há dúvida que a grande maioria das operações bancárias não se pauta por critérios básicos e explícitos quanto a seus impactos socioambientais. Tais operações defendem interesses eminentemente privados, lucrativos e exclusivistas.

Ainda no que tange a possíveis distorções, o conceito de sustentabilidade parece ter sido sequestrado por empresas para fazer "greenwash", ou seja, dar aparência verde ou ecológica. Essa palavra foi introduzida depois, como se entregasse aquilo que o desenvolvimento sustentável significa. Você precisa olhar cada empresa para saber se ela está adotando a sustentabilidade ou

a responsabilidade social corporativa. Palavras sempre podem ser mal usadas. Mas, segundo Brundtland, você não pode dizer: “Esse conceito foi distorcido, então o deixamos de lado”. Não acho que possamos encontrar uma maneira nova e melhor de descrever do que trataram a nossa comissão e a *Rio-92*. Não vale a pena reinventar a roda porque alguém tentou roubá-la. Ela vai ser roubada de novo (Brundtland, 2012).

Quanto à tomada de uma consciência ecológica e evolução da mesma, podem considerar-se as seguintes etapas:

Em 1970, como primeiro e relevante momento, o *Greenpeace*, por exemplo, dirigiu o essencial de seus esforços a campanhas visando a governos nacionais, sobretudo protestando contra a expansão de usinas nucleares e a pesca predatória de baleias.

Num segundo momento, a partir de 1980, a pressão vai também a organismos multilaterais como o *Banco Mundial* e o *Fundo Monetário Internacional*.

E, num terceiro momento, em 1990, os temas se diversificam (lixo tóxico, florestas tropicais, mudanças climáticas) e têm início campanhas contra grandes empresas. Mas é nos anos 2000 que se intensificam e têm maior sucesso campanhas voltadas explicitamente contra comportamentos julgados destrutivos por parte do setor privado. Empresas e marcas globais passam a ser alvo de campanhas em que são nomeadas abertamente. Isso acaba por obrigá-las a responder às críticas, constituir departamentos de relacionamento com a sociedade civil e alterar os próprios métodos com base nos quais são avaliados seus negócios.

Em relação ao terceiro momento, segundo Fritjof Capra, há um consenso entre acadêmicos, líderes comunitários e muitos cientistas de que o capitalismo global, em sua forma atual, é manifestamente insustentável e que teria que ser reestruturado desde as bases. Esta reestruturação é pleiteada até por alguns “capitalistas esclarecidos”, que, após ganharem rios de dinheiro, começam agora a preocupar-se com a natureza altamente imprevisível e o enorme potencial autodestrutivo do atual sistema. Até mesmo o bilionário Georg Soros, um dos que mais foi favorecido pelo sistema capitalista com a especulação financeira, chega a considerar a doutrina neoliberal da globalização econômica de “fundamentalismo de mercado” e considera-o tão perigoso quanto qualquer outro tipo de fundamentalismo.

Pois, além de sua instabilidade econômica, a forma atual de capitalismo global é também in-

sustentável do ponto de vista ecológico e social e, por isso, não é viável a longo prazo. Cresce no mundo todo o ressentimento contra a globalização econômica, resistência que, segundo Manuel Castells, está levando à “rejeição social, cultural e política, por parte de um grande número de pessoas no mundo inteiro, contra o Ente Autômato que ignora ou desvaloriza a dimensão humana destas pessoas” (Capra, 2002, p. 167).

Durante a considerada Revolução Verde, de 1930 em diante, poderosos agentes da concorrência no mercado acenavam com os grandes benefícios da inovação tecnológica, numa perspectiva de “admirável mundo novo”, benefícios que infelizmente não se verificaram. Segundo Capra, a tal Revolução “não ajudou nem os agricultores, nem a terra, nem os consumidores. O uso maciço de fertilizantes e pesticidas químicos mudou todo o modo de se fazer agricultura, na medida em que as empresas agroquímicas convenceram os agricultores de que poderiam ganhar dinheiro plantando um único produto agrícola em áreas enormes e controlando as pragas e ervas daninhas com agentes químicos. A prática da monocultura, além de acarretar o forte risco de que uma grande área plantada fosse destruída por uma única praga, também afetou seriamente a saúde dos lavradores e das pessoas que moram nas regiões agrícolas” (Capra, 2002, p. 194-195).

O resultado da instauração deste modelo foi que o agricultor precisou produzir cada vez mais para responder aos progressivos compromissos contraídos junto aos bancos, onde obtinha recursos para realizar as inovações solicitadas, e, por fim, com o simultâneo aviltamento dos preços dos seus produtos, foi se endividando e com frequência se inviabilizando econômica e socialmente.

Com os novos produtos químicos, segundo Capra, “a agricultura tornou-se mecanizada e passou a ser marcada pelo uso intensivo de energia, favorecendo assim os grandes fazendeiros e agroindústrias munidos de capital suficiente e expulsando da terra a maioria das famílias tradicionais de agricultores”. Vítimas da Revolução Verde, estas famílias saíram das áreas rurais e da agricultura familiar para irem engrossar as massas de desempregados ou subempregados urbanos (Capra, 2002, p. 195). Nessas condições, os produtores familiares somente conseguem sobreviver e até progredir através de sua pertença e ativa participação em entidades associativo-cooperativas agropecuárias.

Polêmicas no que respeita aos processos de sustentabilidade

O ponto mais polêmico refere-se à competência exclusiva dada ao órgão licenciador para multar empresas que descumprirem a legislação ambiental. De acordo com o texto aprovado na Câmara, obras como a usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, licenciada atualmente pelo Ibama, deverão passar a ser licenciadas por órgãos estaduais e, dessa forma, caberá aos estados autuar esses empreendimentos em caso de irregularidades. O Ibama seria impossibilitado de vetar uma obra em caso de ilegalidades.

Na avaliação de ambientalistas, isso pode aumentar a impunidade e agravar os problemas ambientais. Eles temem que órgãos estaduais e municipais sejam mais susceptíveis à pressão de interesses políticos articulados no plano nacional e internacional e que, portanto, ampliem a emissão de licenças sem procedimentos técnicos e sejam coniventes com irregularidades. “Estão dando autorização para desmatar, porque não haverá fiscalização na Amazônia”, disse o líder do PV na Câmara, deputado Edson Duarte (BA).

Outro prejuízo apontado por ambientalistas é quanto aos danos à fauna. O projeto prevê repassar aos Estados a prerrogativa, que hoje cabe à União, de licenciar e controlar criadouros de fauna silvestre. Especialistas advertem que os órgãos estaduais não detêm suficiente poder e conhecimento técnico na área, o que poderá, entre outras coisas, trazer prejuízos para as políticas de combate ao comércio ilegal de animais.

Numa perspectiva de visão sistêmica de preservação do meio ambiente e de respeito aos ritmos da natureza, o filósofo esloveno Zizek fala sobre quatro aspectos que podem levar ao fim do capitalismo: a crise ecológica mundial, os desequilíbrios do próprio sistema econômico – problemas de propriedade intelectual, a luta vindoura por matérias-primas, comida e água –, as consequências da revolução biogenética e o crescimento explosivo de divisões e exclusões sociais. Mas a pergunta básica que desafia nossa reflexão é saber: se o fim do capitalismo é visto por muitos como o fim do mundo, como a sociedade ocidental pode enfrentar este período de fim dos tempos? (Boitempo Editorial, s.d.).

Para enfrentar desafios tão complexos, a “democracia não é suficiente”, dispara Zizek. Não se trata apenas do seu sentido conhecido

de eleições pluripartidárias, de Estado de direito. Uma diferente mobilização sociopolítica seria o lugar onde as mudanças deveriam acontecer, argumenta. Na opinião do autor, há uma sobrecarga de críticas vulgares anti-capitalistas. Ao mesmo tempo, do outro lado desse fenômeno global, existem tentativas de legitimar um capitalismo ético pós-moderno que apostaria em equilibrar um discurso de responsabilidade social e ecológica.

De acordo com o autor supracitado, há quatro estratégias centrais para se chegar a uma nova revolução industrial: (i) A conservação dos recursos através de uma manufatura mais efetiva dos processos de produção, (ii) A reutilização de materiais na forma como são encontrados nos sistemas naturais, (iii) Uma mudança dos paradigmas de valorização da quantidade para a qualidade e (iv) Uma restauração e a sustentabilidade dos recursos naturais.

Porém, Zizek afirma que, apesar de parecer que tamanha redefinição de capital seja eticamente benéfica, sua implementação demandaria, como mínimo, um controle e regulação estatais muito mais estritos, com agências governamentais definindo e implementando no mercado preços de *commodities* naturais. A estratégia do capitalismo natural é salvar o planeta dos problemas ecológicos para que tudo se torne uma commodity. Enquanto mantém a matriz do capitalismo – o lucro expandindo suas próprias formas de reprodução – propondo a salvação disso precisamente através dessa excessiva universalização, o núcleo central do problema permanece sendo a busca pelo lucro como a razão da reprodução econômica.

A relevância dos movimentos sociais no processo de sustentabilidade

Ainda com o objetivo de debater o significado, a importância, a contribuição e os limites dos movimentos sociais numa conjuntura adversa, há uma tendência entre entidades mais conservadoras de criminalizar os movimentos sociais, o que seria um atentado à democracia.

Apesar da ira da direita política, que vem se organizando e ocupando a esfera pública de forma contundente, da incompreensão do governo e até mesmo de forças consideradas progressistas, é o movimento social que mantém aceso o debate político no país. É o movimento social que coloca em pauta o debate do projeto político de nação, no contexto atual. É nesse sentido e nessa perspectiva que se pode dizer que o seu papel é civiliza-

tório, ou seja, a força que busca rupturas e questionamentos junto aos setores das elites, que concentram e se negam a distribuir as riquezas da nação, surge dos movimentos sociais. Estes, desse modo, são protagonistas nas lutas contra as desigualdades – materiais e imateriais – e por uma sociedade mais justa e equânime.

A sustentabilidade no contexto da América Latina: resistências e novos caminhos

A América Latina é um continente fraturado por séculos de colonização, por ditaduras e pela desigualdade social. A partir dos anos 1980, tornou-se um laboratório do capitalismo mundial sob as orientações do ‘*Consenso de Washington*’. O vendaval arrasa-quarteirão do neoliberalismo levou o continente ao ‘fundo do poço’.

E isso ocorreu através das seguintes medidas: (i) Privatizações, desregulação, (ii) abertura indiscriminada das economias nacionais ao capital e a empresas multinacionais, (iii) inserção subordinada à economia internacional, (iv) fragilização do Estado, (v) desmantelamento e ataques aos direitos dos trabalhadores, e a conseqüente crítica e resistência à legislação trabalhista e previdenciária, que surgiram nos avanços de mais sensibilidade social, a partir de 1930 até 1990; (vi) desestruturação do mercado de trabalho e (vii) emigrações acentuadas, que caracterizam o cenário latino-americano nos anos 1990.

Em que pese a redução – ano a ano – da pobreza no continente, ela é ainda muito alta. Segundo a *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe* (CEPALC), em 2006 os latino-americanos que viviam em situação de pobreza chegavam a 205 milhões (38,5% da população na região), sendo 79 milhões de indigentes (14,7 % da população no continente). Um dos indicadores perversos da deterioração social foi a intensificação da migração.

De acordo com os dados do *Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia* (CELADE), houve na América Latina e no Caribe, nos primeiros cinco anos do terceiro milênio, um significativo aumento do número de migrantes, passando de 21 milhões, em 2000, para 26 milhões, em 2005. Segundo o *Instituto de Polí-*

tica de Imigração dos EUA, o número de latino-americanos cruzando a fronteira hoje é duas vezes maior que há dez anos, atingindo quase 300 mil por ano. Dois terços desse contingente são de mexicanos.

Em alguns países como *Equador, Guatemala, El Salvador, República Dominicana* e o *México*, as remessas recebidas de parentes do exterior representam parcela significativa do dinheiro em circulação e influenciam o PIB do país. Isso é expressão de uma dantesca diáspora. Nos últimos anos, acentuou-se também a migração intrarregional.

Outros elementos componentes do conceito de sustentabilidade – repartir em prol de um consumo sustentável

Segundo o economista Marcio Pochmann (2012), “o padrão de consumo dos ricos tornou cada vez mais grave a crise ambiental no planeta. A saída, portanto, não pode ser a contenção do crescimento da demanda material dos pobres, mas a reversão do modelo de vida dos países e indivíduos ricos, assentado no consumo ostentatório”².

O economista chama a atenção para o risco da “chamada economia verde estar a serviço da ocultação, mais uma vez, da manutenção do quadro geral de dominação imposto pelos países ricos. Isso pode estar ocorrendo justamente quando as economias do norte convivem com inegável esvaziamento de suas posições relativas no mundo” (Pochman, 2012, p. 3).

Eis alguns aspectos a serem destacados dessas ideias:

(a) As resistências à mudança por parte do sistema econômico dominante terminam por dar maior curso ao aprofundamento da crise ecológica atual. Sem a revisão do padrão de crescimento do consumo material global, prossegue a tendência do desaparecimento da abundância dos recursos naturais e da elevação das emissões de gases nocivos ao meio ambiente, provocando a mudança climática e o aumento da temperatura média da terra.

(b) Das 45 mil espécies atualmente catalogadas, quase 40% encontram-se ameaçadas de extinção. Somente nas últimas três décadas, o planeta perdeu um terço de suas florestas na-

² Marcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em artigo publicado originalmente no jornal *Valor Econômico* (2012).

turais, enquanto a quantidade retida de água por meio de barragens tornou-se três vezes superior à área ocupada por florestas no mundo.

(c) Ao mesmo tempo, a conversão de terras para a exploração econômica desde 1980 tornou-se bem maior que o verificado no acumulado nos séculos XVIII e XIX. Para o crescimento de 53,3% da população mundial entre 1980 e 2010, a área ocupada pela urbanização simplesmente dobrou.

(d) Percebe-se por que a generalização da economia de alto carbono impacta o comportamento da temperatura global, com a elevação radical da concentração de dióxido de carbono na atmosfera. A elevação da renda *per capita* vem, em geral, acompanhada do aumento da intensidade da emissão de carbono na atmosfera, cuja concentração cresce de 275 partículas por milhão (ppm) antes do ciclo de industrialização para próximo de 400 ppm atualmente. A concentração de gás metano, que girava em torno de 720 a 780 partículas por bilhão (ppb) entre os anos 1.000 e 1.800, passou para 1.750 ppb nos anos 2.000. A consequência direta tem sido o movimento de aquecimento global.

(e) Nesse contexto, os pobres são os que mais sofrem os efeitos da crise ecológica, pois vivem, geralmente, nas áreas de maior poluição e excluídos das condições de vida decente, sem acesso adequado a moradia, saneamento, energia elétrica. Talvez por isso os maiores defensores das teses do limite da produção e, por consequência, da redução do consumo dos outros sejam justamente os ricos.

(f) Na realidade, o modo de vida das classes ricas assenta-se no consumo ostentatório e que degrada consideravelmente a ecologia, esvaziando o futuro das próximas gerações. Isso porque o padrão de consumo ostentatório das camadas ricas da população não resulta da busca ao atendimento das necessidades materiais da existência humana, mas ao interesse de se diferenciar dos demais.

(g) Conforme definiu Thorstein Veblen (em *A teoria da classe ociosa*), na passagem do século XX, a rivalidade ostentatória revela o desejo dos ricos de serem reconhecidos como melhores que os outros. E, por conta disso, o consumo ostentatório expressa-se insaciável, gerando necessidades materiais indefinidas – e infinitas – e resultando em referência cultural a ser imitada por parte restante da população.

Aspectos recentes na evolução do conceito de sustentabilidade

Numa entrevista por ocasião de sua participação no Fórum Mundial da Sustentabilidade ocorrido em Manaus em março de 2012, a norueguesa Gro Harlem Brundtland, ex-premiê da Noruega, que cunhou a expressão “sustentabilidade” como base da discussão ambiental, declarou que o desenvolvimento sustentável ainda não foi implementado. Ela chefiou a comissão que, em 1987, produziu o relatório “Nosso Futuro Comum”, onde o conceito de “desenvolvimento sustentável” foi cunhado. O relatório serviu de base para a Eco-92. Em 2012, participando do citado evento no Brasil, ela afirmou que mesmo com o “sequestro” da noção de sustentabilidade por empresas que não têm práticas sustentáveis, o termo não deve ser abandonado.

E continua, afirmando: “Nos últimos dez anos, as pessoas começaram a usar ‘sustentabilidade’ como forma alternativa. Sempre tive cuidado em não usar a palavra ‘sustentabilidade’ sozinha enquanto conceito. Precisamos de sustentabilidade em diversas áreas, mas também precisamos de desenvolvimento sustentável”³. Por isso, não desistiu de considerar a atualidade do conceito, porque de fato efetiva realização ainda não aconteceu. Pois a totalidade do conceito, a visão dos pilares econômico, ambiental e social numa abordagem de longo prazo não aconteceu em lugar nenhum. Mas muitas mudanças lentamente passam a acontecer. “O *Protocolo de Montréal*, entre a minha comissão e a Rio-92, é um exemplo. O mundo está se livrando das substâncias que afetam a camada de ozônio”.

Mas muito ainda precisa acontecer para que a sustentabilidade possa demonstrar o que prometeu. Pois, afirma ainda Gro, “vários críticos dizem que a tomada de consciência só aconteceu porque já era de interesse das empresas. Já ouvi isso. Mas a história não é assim tão simples. As pessoas mais progressistas na indústria entenderam que aquilo não podia continuar. Mas, é claro, não houve sucessos globais semelhantes, e os gases de efeito estufa são um exemplo de abordagem ampla e global que envolve todos os setores da economia. Daí a dificuldade de se chegar a um resultado”.

Interrogada sobre quais foram os principais avanços nestes 20 anos até o Fórum de

³ As citações literais da fala de Gro Brundtland são extraídas do jornal *Folha de S. Paulo* (Brundtland, 2012).

Manaus, ela responde: “houve uma mudança considerável no uso de energia. O que você pode ganhar aumentando a eficiência energética está longe de estar realizado”. A entrevista segue questionando se existe algum país que possa liderar a economia verde e uma transformação nos modos de produzir, ao que ela considera que a Coreia do Sul fez muitos esforços nessa direção, mas não chega a afirmar que poderia liderar um processo consistente de mudança.

E, em relação ao Brasil no aspecto da sustentabilidade, ela opina que “há uma melhora na questão do desmatamento na Amazônia, que pode ser medida. Mas está muito melhor agora do que quando viemos em 1985. Eu me lembro que estive em Manaus com um governador famoso [Gilberto Mestrinho] que achava uma estupidez isso de os ambientalistas virem dizer o que fazer com a Amazônia. Quando estivemos em Cubatão, aquilo era um dos casos mais graves de poluição industrial. Hoje é um exemplo de como as coisas mudam e o que pode ser feito”.

As distorções no desenvolvimento em época de globalização

Constata-se recentemente que o padrão de consumo dos ricos tornou cada vez mais grave a crise ambiental no planeta. A saída, portanto, não pode ser a contenção do crescimento da demanda material dos pobres, mas a reversão do modelo de vida dos ricos assentado no consumo ostentatório ou conspícuo, segundo Thorstein Veblen (1974). O crescimento da produção permite elevar o nível geral de riqueza, enquanto requisito básico para melhorar a sorte dos pobres. Mas o aumento da riqueza sem a sua justa redistribuição favorece justamente os ricos, impulsionando a prevalência do padrão de consumo ostentatório.

Atualmente, os países ricos representam um quinto da população mundial e detêm 80% da riqueza global. A perspectiva das nações não ricas para enfrentar a crise ecológica global não pode ser a mesma defendida pelos ricos.

Certamente o avanço tecnológico pode contribuir para que o padrão de vida urbano reduza o grau de emissão de gases nocivos à biosfera, bem como altere o conteúdo fortemente material do consumo. Mas cabe indagar a respeito da propriedade dos novos avanços tecnológicos quando cerca de dois terços dos investimentos em tecnologia se encontram em poder das grandes corporações transnacionais.

Somente 500 grandes corporações transnacionais controlam a metade da produção mundial, em grande medida voltada ao atendimento do padrão de consumo ostentatório dos ricos e imitado por muitos não ricos. Nesses termos, tem-se o risco de parte da teorização em torno da chamada economia verde estar a serviço da ocultação, mais uma vez, da manutenção do quadro geral de dominação imposto pelos países ricos. Isso pode estar ocorrendo justamente quando as economias do norte convivem com inegável esvaziamento de suas posições relativas no mundo.

O cooperativismo e a opção em prol da sustentabilidade

Em eventos internacionais recentes, o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, reafirmou o apoio aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos por um grupo de trabalho de Estados membros para a nova agenda que o Fórum Mundial aplicará entre 2015 e 2030.

Os 17 ODS, negociados durante um período de nove meses, incluem uma ampla gama de problemas socioeconômicos, como pobreza, fome, igualdade de gênero, industrialização, desenvolvimento sustentável, pleno emprego, educação de qualidade, mudança climática e energia sustentável para todos. A maior parte deles faz parte dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos para 2018 e que vencem no final de 2015, e já se sabe que em alguns deles as metas não serão alcançadas.

O Secretário-Geral disse que os 17 ODS são uma clara expressão da visão dos Estados membros e de seu desejo de contar com uma agenda que possa acabar com a pobreza, alcançar a prosperidade e a paz e proteger o planeta, tudo isso sem exclusões. Ban Ki-moon destacou a necessidade de uma aliança mundial renovada para o desenvolvimento, entre países ricos e pobres, no contexto da agenda posterior a 2015.

Segundo Ban Ki-moon, os recursos, a tecnologia e a vontade política são fundamentais não só para a aplicação da agenda, uma vez adotada, mas inclusive agora, para gerar confiança enquanto os Estados membros negociam seus parâmetros finais. Espera-se que os ODS, que continuarão submetidos à revisão, estejam completos em 2015 e que a Assembleia Geral da ONU, de 193 membros, os adote em setembro.

Um novo informe que sintetiza os 17 ODS, intitulado *O Caminho para a Dignidade em 2030: Acabar com a Pobreza, Transformar Todas as Vidas e Proteger o Planeta*, apresenta um conjunto integrado de “seis elementos essenciais: a dignidade, as pessoas, a prosperidade, nosso planeta, a justiça e a associação”. A menção a estes seis elementos visa oferecer certa orientação conceitual para o trabalho que há pela frente”, explicou Ban Ki-moon aos meios de comunicação (Instituto Humanitas Unisinos, 2014).

Cabe perguntar por que as Nações Unidas priorizam a importância dos empreendimentos associativos, considerando-os um modo sustentável de trabalho e geração de renda, com potencial de gerar dignidade aos mais pobres. Tentando responder aos elementos essenciais de um desenvolvimento sustentável, diríamos que, na área destes empreendimentos, situam-se, como expressiva presença, as muitas e variadas experiências e organizações da economia cooperativa e solidária. No caso particular dos empreendimentos cooperativos, eles tendem a ser um sistema, uma empresa, uma organização que se estrutura não em busca do lucro, mas do excedente, onde o primeiro fomenta a apropriação individual, o segundo, a apropriação coletiva, mediante decisão democrática e transparente em assembleia geral. O empreendimento cooperativo/associativo não tem por finalidade acumular bens e riquezas em mãos de poucos, gerando crescentes processos de desigualdade econômica e social. Mas sim, visa satisfazer cada vez mais e melhor, e de forma equitativa, as necessidades de todas as pessoas que participam do empreendimento coletivo, buscando contribuir para a sua dignidade e o seu bem-estar material, social e humano.

As organizações cooperativas e da economia solidária são ainda uma discreta e bem recente expressão de uma nova e diferente forma de organização econômica e social, com uma trajetória de apenas 200 anos desde as primeiras cooperativas de consumo aparecidas na Europa, com os operários das docas navais de Chatham e Woolwich já nos finais do século XVIII, as cooperativas do modelo William King, lançadas desde 1827 em Brighton e a iniciativa dos Pioneiros de Rochdale em 1844 na Inglaterra. O seu diferencial em relação ao modelo hegemônico de empresa é que elas exigem de cada membro associado sua plena, participativa e responsável inserção nas atividades que assegurem de forma coletiva a sua sobrevivência, a dos familiares e da

comunidade em geral. Combatem, pois, o absentismo, a inexistência de vínculos afetivos e efetivos nestas empresas que lhes asseguram a sobrevivência e o bem-estar.

Como e por que surgiram as cooperativas? Elas foram criadas por representantes da classe operária no início da revolução industrial capitalista. Então, a classe trabalhadora, a grande vítima da QUESTÃO SOCIAL, provocada pela revolução industrial capitalista, estava submetida à ganância incontrolável de empreendedores industriais da época, que os mantinham entre 12 a 16 horas contínuas de trabalho diário, com salários de fome, em condições precárias de saúde e de segurança laboral, sem legislação trabalhista, previdenciária e sindical que os protegesse. Os operários de então criaram cooperativas de consumo e de trabalho, autônomas, solidárias, integralmente sob o seu controle, a serem geridas democraticamente, na base de “uma pessoa, um voto”. Isso se torna, então, algo inusitado no cenário econômico, social e político europeu, tanto no processo produtivo quanto na distribuição dos excedentes gerados.

Na sequência das propostas do socialista utópico Robert Owen, propõe-se a expansão do modelo, para que a classe trabalhadora, através de cooperativas, pudesse controlar progressivamente empreendimentos econômicos na indústria, na construção civil, na produção agropecuária e no setor de serviços. Junto com essas iniciativas e emergindo também como reação à Questão Social, surgem também os primeiros sindicatos e os diversos movimentos e partidos socialistas.

No cenário de crise que hoje vivemos, o Estado procura repassar para a sociedade civil crescentes parcelas de responsabilidade na busca de saídas, entre elas, respeitando o espaço e apoiando o terceiro setor. Assim nascem as Organizações Não Governamentais (ONGs). Nesta nova categorização, o cooperativismo também se inclui neste terceiro setor. Trata-se de uma articulação e associação de pessoas, com valores e princípios consciente e previamente consensuados. Ambas, ONGs e cooperativas, tentam atenuar as desigualdades sociais oriundas do acúmulo de riquezas e de poder, próprias do desenvolvimento capitalista. A cooperação integra a ideia de trabalho social combinado, onde, segundo Antunes, é “preciso alterar a lógica da produção societal; a produção deve ser prioritariamente voltada para produzir valores de uso e não de troca”.

Multiplicam-se hoje iniciativas que buscam alternativas de sobrevivência aos desequilíbrios sociais, causados pelo sistema econômico neoliberal. Este sistema acolhe e estimula o desenvolvimento tecnológico e informacional, porque lhe permite gerar crescentes margens de lucro e de concentração de capital, de propriedades, poder e o domínio do progresso científico, mas, ao mesmo tempo, gera a exploração da mão de obra, o desemprego em massa e a exclusão social. Como reação e resistência a este processo, tanto na França quanto na Inglaterra, surgem o cooperativismo e o sindicalismo, como uma nova possibilidade de reestruturação do processo produtivo e da própria sociedade. Tendo como foco o trabalho, o ser humano se identifica e busca sua satisfação plena, abre espaços para o protagonismo, estabelece uma identificação direta com o produto que produz, tendo acesso à utilização do mesmo e não somente focado no capital.

Este movimento de resistência presente nos inícios do capitalismo industrial hoje se renova e se reflete num novo contexto de conflitos e tensões, onde os múltiplos empreendimentos da economia solidária somam esforços e iniciativas, ao lado da longa trajetória do cooperativismo, em busca de uma economia mais solidária, humana e participativa, em suma, na busca de “uma outra economia possível”, ou de “um outro desenvolvimento possível”.

Os empreendimentos econômicos associativos, quando razoavelmente fiéis e coerentes com a natureza de suas organizações e leais aos aspectos que lhes são peculiares, contribuem de forma relevante nos processos de sustentabilidade, motivando os associados a preservarem o seu patrimônio, a sua propriedade, seja industrial, seja rural, seja de serviços, de forma a poder continuar a servir não apenas às necessidades das gerações atuais, mas também das gerações futuras. Isso é especialmente válido para os que atuam na produção rural e industrial familiar. São educados e motivados para não esbanjarem, não destruírem o potencial natural e produtivo do seu patrimônio, em atenção a si próprios e em prol das gerações futuras.

O que é próprio da sustentabilidade?

Como resposta a esta questão, cabe retomar alguns aspectos básicos, para entender melhor o papel das experiências cooperativas e solidárias num processo de desenvolvimento sustentável.

Sustentabilidade é um termo usado para definir ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro e o patrimônio das próximas gerações. Ou seja, a sustentabilidade está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico e material sem agredir o meio ambiente, usando os recursos naturais de forma inteligente para que eles se mantenham no futuro.

Quais são as principais ações relacionadas à sustentabilidade? Elencamos aqui oito atividades:

- Exploração dos recursos vegetais de florestas e matas de forma controlada, garantindo o replantio sempre que necessário.
- Preservação total de áreas verdes não destinadas à exploração econômica.
- Ações que visem ao incentivo à produção e consumo de alimentos orgânicos, pois estes não agredem a natureza além de serem benéficos à saúde dos seres humanos.
- Exploração dos recursos minerais (petróleo, carvão, minérios) de forma controlada, racionalizada e com planejamento.
- Uso de fontes de energia limpas e renováveis (eólica, geotérmica e hidráulica) para diminuir o consumo de combustíveis fósseis. Esta ação, além de preservar as reservas de recursos minerais, visa diminuir a poluição do ar.
- Criação de atitudes pessoais e empresariais voltadas para a reciclagem de resíduos sólidos. Esta ação, além de gerar renda e diminuir a quantidade de lixo no solo, possibilita a diminuição da retirada de recursos minerais do solo.
- Desenvolvimento da gestão sustentável nas empresas para diminuir o desperdício de matéria-prima e o desenvolvimento de produtos com baixo consumo de energia.
- Atitudes voltadas para o consumo controlado de água, evitando ao máximo o desperdício. Adoção de medidas que visem à não poluição dos recursos hídricos, assim como a despoluição daqueles que se encontram poluídos ou contaminados.

Como situar o cooperativismo e a economia solidária frente a estas desafiadoras ações? Ambos, porque movidos por uma filosofia pe-

culiar e humanista, têm todas as características para abraçarem de forma mais apropriada as diversas atividades antes mencionadas. Isto porque agem não apenas movidos por uma racionalidade instrumental, eficientista e produtivista, que se foca na busca insaciável do lucro, mas sobretudo por uma racionalidade substantiva, que trata dos aspectos essenciais e humanos das organizações, na perspectiva do atendimento das necessidades e das aspirações dos seus associados.

Quais são alguns dos benefícios decorrentes destas atividades? A adoção de ações de sustentabilidade garante a médio e longo prazo um planeta em boas condições para o desenvolvimento das diversas formas de vida, inclusive a humana. Garantem os recursos naturais necessários para as próximas gerações, possibilitando a manutenção dos recursos naturais (florestas, matas, rios, lagos, oceanos) e garantindo uma boa qualidade de vida para as atuais e futuras gerações.

Vantagens da economia cooperativa e solidária

Eis, a seguir, o elenco de algumas vantagens das organizações cooperativas e da própria economia solidária, em geral, em prol de processos de sustentabilidade:

- A cooperativa é mais justa e equitativa, pois distribui melhor e mais igualitariamente os bens e serviços que produz, permitindo a cada associado usufruir daquilo que ele ajudou a construir coletivamente e na exata proporção do seu envolvimento participativo como coproprietário e como usuário.

- A cooperativa é uma empresa e como tal deve seguir a racionalidade, a estrutura e a disciplina de qualquer empresa, em busca de mais eficiência e economia de recursos, mas como empresa tem um grande diferencial. O diferencial consiste em que internamente exige a democracia, a participação decisória e de usuário dos associados, em todos os processos produtivos e de prestação de serviços. Por isso, o resultado final é melhor e mais justa e democraticamente distribuído.

- A economia solidária é diferente em relação às demais empresas presentes no mercado, porque produz bens e serviços para o adequado uso dos seus associados e o seu melhor bem-estar. Produz não para lucrar e explorar os outros, mas para servir a comunidade interna e externa a ela, na satisfação de suas reais necessidades.

- É diferente porque ela consegue instaurar adequados processos de autocapitalização junto aos associados, para cada indivíduo e para a organização, salvaguardando, com a geração do capital próprio, a necessária autonomia política e econômica frente ao mercado e, assim, também preservando a peculiar identidade da cooperativa.

- Ela é mais humana e respeitadora da dignidade e do protagonismo de cada associado. Ela abre um espaço para que cada associado demonstre suas capacidades e qualidades de associado participativo, vigilante, mas também como produtor, prestador competente de serviços e prestamista consciente, responsável, dinâmico e sempre presente.

- A cooperativa e a economia solidária, como já se mencionou em referência anterior, contribuem para que cada associado zele, cuide do seu patrimônio, o explore adequadamente, sem ferir e agredir o equilíbrio do meio ambiente e, assim, possa assegurar o adequado uso do patrimônio da propriedade para as gerações futuras de sua família e das demais famílias de associados.

- Na medida em que a cooperativa contribui para que o associado preserve bem o seu patrimônio, ele estará em condições de ser um zelador vigilante e ativo na defesa do meio ambiente e da relação equilibrada e sustentável com a mãe natureza.

- A cooperativa é uma excelente escola para a formação em prol da cidadania. Na medida em que o associado participa razoavelmente de todas as atividades da cooperativa, das suas assembleias gerais, das pré e miniassembleias, dos cursos de capacitação para qualificá-lo como produtor, prestador de serviços e prestamista, na medida em que aprende a falar e a escutar, mesmo as opiniões controversas, na medida ainda em que o informa sobre as complexas, contraditórias e imprevisíveis tendências do mercado, ele adquire uma complexa cultura econômica, social e administrativa. Esta cultura o ajuda não apenas para gerir bem sua cooperativa e seu patrimônio, mas também para ser um cidadão ativo, dinâmico e criativo na comunidade e no município no qual vive e atua.

- A cooperativa supera a dependência e subordinação paternalista, própria de quem espera de forma passiva doações e proteção, mas se estrutura como empresa, para que seus associados, numa adequada visão de autonomia, sejam os efetivos agentes de desenvolvimento e os protagonistas, na produção

qualificada e sempre maior de bens e serviços, assumindo de forma coletiva e responsável a participação e a transparência em todas as atividades de seu projeto e empreendimento coletivo e solidário.

- Em momentos de aguda crise econômica e social, igualmente muitas organizações cooperativas e da economia solidária vão à falência. Mas é, em geral, em momentos de crise que as cooperativas conseguem desencadear do seu interior as energias e o potencial ético e comunitário para reagir melhor às crises, potencial que, às vezes, está meio adormecido no corre-corre e na luta pela sobrevivência num mercado vorazmente competitivo. Assim agindo, conseguem não só sobreviver, mas crescer e fortalecer-se em meio à crise econômica e social, com maior visibilidade e presença no mercado.

Mas, para que tais qualidades possam ser efetivamente acionadas, é importante que, no plano interno, a cooperativa busque superar os seguintes desafios:

- Diminuir ou evitar a pouca rotatividade e até a perpetuidade de dirigentes, como ainda acontece em algumas cooperativas. Deveria estabelecer-se, por disposição estatutária, que um dirigente poderá ser reconduzido apenas mais uma vez, após uma primeira e boa gestão. Mas isso envolve formar, preparar e motivar novas lideranças em prol do próprio bem da cooperativa.

- Não fechar-se numa “ilha de prosperidade e de boa organização”, mas abrir-se mais com o seu olhar para a relação externa à cooperativa, e dar-se o tempo para envolver-se, junto e ao lado de outras forças vivas, no bem-estar e no desenvolvimento equilibrado e sustentável das comunidades nas quais estão inseridas.

- Que a cooperativa, abrindo-se mais e mais para enfrentar os desafios das comunidades nas quais se insere, se coloque junto e ao lado de outras entidades civis, políticas e de caráter religioso em prol do desenvolvimento

sustentável das comunidades de sua área de atuação.

- Que a cooperativa, como empresa possa ser um caso exemplar junto e ao lado das demais empresas para ser uma efetiva empresa cidadã, e de relevante impacto econômico, social e local, que prepare as entidades empresariais e as pessoas que nelas trabalham em prol de um elevado senso social, comunitário e ambiental.

À guisa de conclusão, face às considerações anteriores, cabe apenas enfatizar que os empreendimentos cooperativos e solidários já são e podem ser cada vez mais importantes instâncias de construção de uma economia e de uma sociedade sustentável.

Referências

- BOITEMPO EDITORIAL. [s.d.]. Disponível em: <http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/Titulos/visualizar/vivendo-no-fim-dos-tempos> Acesso em: 22/06/2015.
- BRUNDTLAND, G.H. 2012. Existe um abuso do conceito de ‘sustentabilidade’. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/32761-existe-um-abuso-do-conceito-de-sustentabilidade.shtml#>. Acesso em: 17/06/2014.
- CAPRA, F. 2002. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo, Cultrix, 296 p.
- INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. 2014. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável seguem intatos. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/538310-os-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-seguem-intatos>. Acesso em: 17/06/2015.
- POCHMANN, M. 2012. Repartir para o consumo sustentável. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/507747-repartirparaconsumosustentavel>. Acesso em: 11/12/2014.
- VEBLEN, T. 1974. *A Teoria da Classe Ociosa – Um estudo econômico das instituições*. São Paulo, Ática, 358 p.

Submetido: 02/04/2015

Aceito: 21/05/2015